



HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Avenida Professor Alfredo Balena, nº 110 - Bairro Santa Efigênia
Belo Horizonte-MG, CEP 30130-100
- <http://hc-ufmg.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23537.019824/2020-52

1. DO OBJETO

1.1. Redição do Pregão Eletrônico 72/2019 - Aquisição, **em regime de consignação**, de materiais para realização de procedimentos cirúrgicos **crânio-maxilo-faciais e de extremidades, com comodato de equipamento**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 O prazo de vigência da contratação é de **12(doze) meses** contados da **publicação no Diário Oficial da União**, não prorrogável.

1.2.1 Lista itens a serem de licitados:

1.2.2 Havendo divergência nas especificações com o código CATMAT, prevalece o descritivo deste Termo de Referência.

| NR ITEM | CÓDIGO HC | CAT MAT | QUANTIDADE | UNIDADE DE MEDIDA | GRUPO | DESCRIÇÃO DO MATERIAL |
|---------|-----------|---------|---------------------|-------------------|----------|---|
| 1 | 025872 | 400972 | 300 | UNIDADE | Grupo 01 | MINIPLACAS E PARAFUSOS (CONJUNTO) DO SISTEMA 1.5MM, EM TITANIO PURO, COM CONTROLE DE RASTREABILIDADE, EM VARIOS TAMANHOS E FORMAS, ESPESSURA ENTRE 0.6 A 0.9 MM.- CODIGO SUS: 07.02.05.048-2. |
| 2 | 672687 | 445080 | 150 | UNIDADE | Grupo 01 | MALHA EM TITANIO PURO COM CONTROLE DE RASTREABILIDADE, EM VARIOS TAMANHOS E FORMAS, ESPESSURA ENTRE 0.4 A 1.0 MM: - PLACA-MALHA COM REBORDO ORBITARIO 1.3, CURVA 9 FUROS, ESPESSURA DE 0.5MM- PLACA- MALHA PARA REBORDO ORBITARIO DE 12 FUROS, NA ESPESSURA DE 0.4MM,0.5MM E 0.7MM. |
| 3 | 672701 | 448429 | 200 | UNIDADE | Grupo 01 | MINIPLACAS E PARAFUSOS DO SISTEMA 2.0MM, EM TITANIO PURO, SISTEMA LOCKING OU NAO LOCKING, COM CONTROLE DE RASTREABILIDADE, ESPESSURA DE 0,6 A 1.0MM, EM DIVERSOS TAMANHOS E FORMAS: - PLACA DE COMPRESSAO DINAMICA (ESPESSURA DE 0.8MM) 4, 5 E 6 FUROS; - PLACA PRE-DOBRADA EM DUPLA CURVA PARA MENTOPLASTIA (4, 6, 8, 10 E 12 MM), QUE PERMITAM AJUSTE HORIZONTAL ANTES DA FIXACAO FINAL (ESPESSURA 0.6MM) 5 FUROS; - PLACA PARA FIXACAO DE OSTEOMIA SAGITAL DA MANDIBULA (0.7 ESPESSURA) |

| | | | | | | |
|----|--------|--------|----------------------|---------|----------|--|
| | | | | | | CODIGO SUS: 07.02.05.048-2. |
| 4 | 673238 | 402514 | 1200 | UNIDADE | Grupo 01 | PARAFUSOS CORTICAIS DE 1.5 MM DE DIAMETRO, EM TITANIO PURO; -COM CABECA NO PADRAO CRUCIFORME;-AUTO-ROSQUEANTES E AUTOPERFURANTES;-COM SISTEMA DE AUTO- RETENCAO E COMPRIMENTO-VARIANDO ENTRE 4 A 18MMCOD SUS 07.02.05.048-2. |
| 5 | 673249 | 401632 | 400 | UNIDADE | Grupo 01 | PARAFUSOS CORTICAIS DE EMERGENCIA DE 2.0MM DE DIAMETRO-EM TITANEO PURO-COM CABECA NO PADRAO-CRUCIFORME, AUTO-ROSQUEANTES E AUTO PERFURANTES, -COM SISTEMA DE AUTO-RETENCAO-COMPRIMENTO VARIANDO ENTRE 4 A 12MMCOD SUS 07.02.05.048-2 |
| 6 | 673250 | 401045 | 800 | UNIDADE | Grupo 01 | PARAFUSOS CORTICAIS DE 2.0MM DE DIAMETRO, EM TITANEO PURO-COM CABECA NO PADRAO CRUCIFORME-AUTO-ROSQUEANTES, COM SISTEMA DE AUTO-RETENCAO E COMPRIMENTO VARIANDO ENTRE 4 A 18MM.COD SUS 07.02.05.048-2 |
| 7 | 673260 | 401425 | 200 | UNIDADE | Grupo 01 | PARAFUSOS CORTICAIS DE EMERGENCIA DE 2.4MM DE DIAMETRO -EM TITANEO PURO-COM CABECA NO PADRAO CRUCIFORME,-AUTO-ROSQUEANTES, COM SISTEMA DE AUTO-RETENCAO E COMPRIMENTO-VARIANDO ENTRE 6 A 12MMCOD SUS 07.02.05.048-2 |
| 8 | 673271 | 450556 | 400 | UNIDADE | Grupo 01 | PARAFUSOS CORTICAIS COM CABECA NO PADRAO CRUCIFORME EM TITANEO PUROCOM SISTEMA DE AUTO-RETENCAO E COMPRIMENTO.COD SUS 07.02.05.048-2 |
| 9 | 673282 | 450168 | 150 | UNIDADE | Grupo 01 | PLACA DE RECONSTRUCAO MANDIBULAR DO SISTEMA 2.4MM, SISTEMA NAO LOCKING: - EM TITANIO PURO, - SISTEMA NAO LOCKING,- COM CONTROLE DE RASTREABILIDADE:- PLACA RETA - ESPESSURA ENTRE 2.4 E 2.8MM 12, 14, 20 E 24 FUROSCODIGO SUS: 07.02.05.047-4 |
| 10 | 673293 | 450169 | 100 | UNIDADE | Grupo 01 | PLACA DE RECONSTRUCAO MANDIBULAR DO SISTEMA 2.4MM, SISTEMA NAO LOCKING: - EM TITANIO PURO- SISTEMA NAO LOCKING - COM CONTROLE DE RASTREABILIDADE- PLACA ANGULADA, DIREITA E ESQUERDA,(ESPESSURA ENTRE 2.4 E 2.8MM) 6, 20, 27 FUROS.COD SUS 07.02.05.047-4 |
| 11 | 673307 | 450191 | 50 | UNIDADE | Grupo 01 | PLACA DE RECONSTRUCAO MANDIBULAR DO SISTEMA 2.4MM, SISTEMA NAO LOCKING:- EM TITANIO PURO- SISTEMA NAO LOCKING- COM CONTROLE DE RASTREABILIDADE:- PLACA BIANGULADA, COM ROSCAS INTERNAS (ESPESSURA ENTRE 2.4 E 2.8MM) 28, 32 E 36 FUROS |
| 12 | 673318 | 448672 | 50 | UNIDADE | Grupo 01 | PLACA DE RECONSTRUCAO MANDIBULAR DO SISTEMA 2.4MM, SISTEMA NAO LOCKING:- EM TITANIO PURO- SISTEMA NAO LOCKING - COM CONTROLE DE RASTREABILIDADE:- PLACA ANGULADA, DIR. E ESQ. COM CABECA CONDILAR E COM ROSCAS INTERNAS (ESPESSURA ENTRE 2.4 E 2.8MM) 19, 22 E 25 FUROS.ALTERADO EM 03/02/2016 |
| 13 | 673329 | 448688 | 300 | UNIDADE | Grupo 01 | PARAFUSOS DE RECONSTRUCAO MANDIBULAR DO SISTEMA 2.4MM, EM TITANIO PURO, SISTEMA NAO LOCKING E COM CONTROLE DE RASTREABILIDADE:- PARAFUSOS CORTICAIS COM CABECA NO PADRAO |

| | | | | | | |
|----|--------|--------|----------------------|---------|----------|--|
| | | | | | | CRUCIFORME, BAIXO PERFIL, AUTO-ROSQUEANTES, COM SISTEMA DE AUTO RETENCAO E COMPRIMENTO VARIANDO ENTRE 8 A 22MM. |
| 14 | 673330 | 450169 | 100 | UNIDADE | Grupo 01 | PARAFUSOS DE RECONSTRUCAO MANDIBULAR DO SISTEMA 2.4MM, EM TITANIO PURO, SISTEMANAO LOCKING E COM CONTROLE DE RASTREABILIDADE:-PARAFUSOS CORTICAIS DE EMERGENCIA DE 3.0MM DE DIAMETRO, COM CABECA NO PADRAOCRUCIFORME, BAIXO PERFIL, AUTO ROSQUEANTE.COD SUS 07.02.05.047-4 |
| 15 | 679085 | 448432 | 1600 | KIT | Grupo 01 | -MINIPLACAS E PARAFUSOS (CONJUNTO) DO SISTEMA 2.0MM,ESPESSURA VARIANDO ENTRE 0.6 A 1.0 MM - EM TITANIO, SISTEMA NAO LOCKING,- COM CONTROLE DE RASTREABILIDADE,- VARIOS TAMANHOS E FORMAS.ALTERADO EM 03/02/2016ALTERADO EM 20/11/2019 |
| 16 | 679096 | 445080 | 150 | KIT | Grupo 01 | -KIT DE PLACAS MALHA PARA REBORDO ORBITARIO-PLACAS-MALHA EM TITANEO PURO COM CONTROLE DE RASTREABILIDADE, EM VARIOS TAMANHOS E FORMAS-INCLUINDO:-PLACA MALHA COM REBORDO ORBITARIO 1.3,DE 6 A 12 FUROS, ESPESSURA DE 0.4 A 1.0 MM |
| 17 | 689715 | 459117 | 150 | UNIDADE | Grupo 02 | TUBO DE IRRIGACAO PARA PIEZOELETRO, 3M DE COMPRIMENTO, 3MM DE DIAMETRO,COM PONTA COMPATIVEL PARA PECA DE MAO PIEZOELETRO, POSSUINDO ANEIS DEBORRACHA PARA CONEXOES NO CABO DA PECA DE MAO, UMA VALVULA INTERMEDIARIA PARA SUCCAO DE SORO E PONTA COM DEPOSITO PARA INTRODUCAO NO SISTEMA DEFRASCOS DE SORO DO HC/UFMG. |
| 18 | 694613 | 445274 | 50 | UNIDADE | Grupo 01 | BROCA DE DESGASTE OSSEO:- TAMANHOS 2 A 5 MM;- MODELOS VARIADOS;- EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERIL COM ABERTURAEM PETALA CONTENDO DATA, TIPO DE ESTERILIZACAO,VALIDADE, LOTE E REGISTRO DO MINISTERIO DA SAUDE;- USO DA BUCO MAXILO. |
| 19 | 694624 | 431748 | 50 | UNIDADE | Grupo 01 | BROCA DIAMANTADA PARA ACABAMENTO OSSEO - TAMANHOS DE 2 A 5 MM;- MODELOS VARIADOS;- EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERIL COM ABERTURAEM PETALA CONTENDO DATA, TIPO DE ESTERILIZACAO,VALIDADE, LOTE E REGISTRO DO MINISTERIO DA SAUDE;- USO DA BUCO MAXILO. |
| 20 | 694635 | 413923 | 50 | UNIDADE | Grupo 01 | BROCA DE PERFURACAO OSSEA:- TAMANHOS 1.1 A 2.0 MM;- COM STOP DE ATE 7 M;- EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERIL COM ABERTURA EM PETALA, CONTENDO DATA, TIPO DE ESTERILIZACAO, VALIDADE, LOTE E REGISTRO DO MINISTERIO DA SAUDE;- USO DA BUCO MAXILO. |
| 21 | 694646 | 448317 | 100 | UNIDADE | Grupo 01 | LAMINAS PARA MICRO SERRA - TIPOS: OSCILANTE, RECIPROCANTE E SAGITAL;- TAMANHOS VARIADOS;- EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERIL COM ABERTURA EM PETALA CONTENDO DATA, TIPO DE ESTERILIZACAO,VALIDADE, LOTE E REGISTRO DO MINISTERIO DA SAUDE. |
| 22 | 696368 | 448317 | 40 | UNIDADE | Grupo 02 | SERRA PARA PIEZZO:PONTEIRA PARA SISTEMA PIEZOELETTRICO:- DIMENSOES:20.9MM X 14.1MM X 4.0MM X 0.6MM;- ESTERIL |
| 23 | 696379 | 448316 | 40 | UNIDADE | Grupo | SERRA PARA PIEZZO:PONTEIRA PARA SISTEMA PIEZOELETTRICO:- |

| | | | | | | |
|----|--------|--------|---------------------|---------|-----------------|---|
| | | | | | 02 | DIMENSOES:17.8MM X 15.2MM X 4.0MM X 0.6MM;- ESTERIL |
| 24 | 696380 | 448315 | 40 | UNIDADE | Grupo 02 | SERRA PARA PIEZZO:PONTEIRA PARA SISTEMA PIEZOELETRICO:- DIMENSOES:20.1MM X 21.4MM X 4.0MM X 0.6MM;- ESTERIL |
| 25 | 696812 | 448532 | 100 | UNIDADE | Grupo 01 | PLACA DE RECONSTRUCAO MANDIBULAR DO SISTEMA 2.4MM, SISTEMA LOCKING:- EM TITANIO PURO- SISTEMA LOCKING- COM CONTROLE DE RASTREABILIDADE- PLACA RETA- ESPESSURA ENTRE 2.4 E 2.8MM 12, 14, 20 E 24 FUROSCODIGO SUS: 07.02.05.047-4. |
| 26 | 696823 | 434071 | 50 | UNIDADE | Grupo 01 | PLACA DE RECONSTRUCAO MANDIBULAR DO SISTEMA 2.4MM, SISTEMA LOCKING:- EM TITANIO PURO- SISTEMA LOCKING - COM CONTROLE DE RASTREABILIDADE- PLACA ANGULADA, DIREITA E ESQUERDA(ESPESSURA ENTRE 2.4 E 2.8MM) 6, 20, 27 FUROS.COD SUS 07.02.05.047-4 |
| 27 | 696834 | 450169 | 50 | UNIDADE | Grupo 01 | PLACA DE RECONSTRUCAO MANDIBULAR DO SISTEMA 2.4 MM, SISTEMA LOCKING:- EM TITANIO PURO,- SISTEMA LOCKING- COM CONTROLE DE RASTREABILIDADE:- PLACA BIANGULADA, COM ROSCAS INTERNAS DOSISTEMA LOCKING (ESPESSURA ENTRE 2.4 E 2.8MM) 28, 32 E 36 FUROS |
| 28 | 696845 | 450169 | 50 | UNIDADE | Grupo 01 | PLACA DE RECONSTRUCAO MANDIBULAR DO SISTEMA 2.4MM, SISTEMA LOCKING:- EM TITANIO PURO- SISTEMA LOCKING- COM CONTROLE DE RASTREABILIDADE:- PLACA ANGULADA, DIREITA E ESQUERDA COM CABECACONDILAR E COM ROSCAS INTERNAS DO SISTEMA LOCKING(ESPESSURA ENTRE 2.4 E 2.8MM) 19, 22 E 25 FUROS. |
| 29 | 025839 | 455039 | 06 | UNIDADE | Avulso | FIXADOR DINAMICO, PARA BUCO MAXILAR FACIAL.CODIGO SUS - 07.02.05.020-2. |

1.2. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, não podendo ser prorrogada.

1.3 A reedição do processo licitatório 72/2019 tem como objetivo **substituir o Pregão Eletrônico 80/2018, vigente até outubro de 2020.**

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Trata-se de materiais utilizados para atendimento aos pacientes que demandam procedimentos cirúrgicos que são realizados pelos Serviços de Oftalmologia (plástica ocular), Cirurgias de extremidades (mãos), Neurocirurgias e Cirurgias Buco-Maxilo-Faciais" do HC-UFGM/Ebserh.

2.1.1 A cirurgia e traumatologia **buco-maxilo-facial** é uma especialidade da odontologia que trata as doenças da cavidade oral e seus anexos, tais como: traumatismos e deformidades faciais (congenitos ou adquiridos), traumas e deformidades dos maxilares, envolvendo a região compreendida entre o osso hióide e a parede anterior do seio frontal de baixo para cima, e do tragus à pirâmide nasal, de trás para diante. Dentre as doenças, existem os tumores, os cistos nos maxilares, as manifestações associadas a doenças sistêmicas como AIDS, tuberculose e sífilis, entre outras. As deformidades faciais são compreendidas desde as sequelas de doenças, como o câncer (os traumas severos), até distúrbios de desenvolvimento (como as síndromes) ou alterações do desenvolvimento, como o prognatismo (aumento dos maxilares) e micrognatismo (diminuição dos maxilares), ou a combinação delas.

2.1.2 A **cirurgia plástica ocular** é uma especialidade da Oftalmologia que cuida das pálpebras e dos tecidos em volta dos olhos, como glândulas, cílios e o sistema de drenagem da lágrima. As pálpebras são anexos oculares, sendo as principais estruturas responsáveis pela proteção dos olhos.

2.1.3 A **cirurgia de mão** é responsável por reparar e reconstruir lesões ósseas, tendinosas, ligamentares, nervosas, musculares e de cobertura cutânea nas mãos, punhos e cotovelos, além do tratamento de doenças degenerativas e deformidades congênitas de mãos e punhos. Nesse tipo de cirurgia são realizados reimplantes de segmentos amputados, transferência de tecidos à distância (retalhos microcirúrgicos), bem como reparo de lesões de nervos periféricos não só nas mãos, mas em todo o corpo (membros superiores, membros inferiores e plexo braquial).

2.1.4 A **neurocirurgia** é a especialidade cirúrgica que contribui para o diagnóstico, tratamento e reabilitação de doenças neurológicas, tratando traumatismos cranianos, aneurismas, malformações, tumores do encéfalo e da caixa óssea craniana, tumores da coluna; hidrocefalia, edema cerebral, deformações do crânio congênitas, afundamentos e falhas ósseas, dores crônicas com procedimentos cirúrgicos, entre outros.

2.2. Diante da necessidade fática, explicitada pelo setor solicitante, promoverá o HC-UFGM, administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, licitação, seguindo os preceitos legais da Lei 13.303/16, para satisfação da demanda.

2.3. Por se tratar de aquisição de bens comuns, adota-se a modalidade licitatória Pregão Eletrônico, por força do art. 4º do decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os materiais objeto deste instrumento **se enquadram na classificação de bens comuns**, para fins do disposto no Art. 3º, inciso II, do Decreto nº 10.024/19, cabendo licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço por item, observando o disposto na Lei 10.520, de 07 de julho de 2002;

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. Os materiais deverão ser entregues no local a ser definido pelo setor solicitante da instituição contratante, a saber: na Unidade de Processamento de Materiais Esterilizados e/ou Bloco Cirúrgico, até as 14:30 horas do dia anterior a realização do procedimento cirúrgico, com tolerância até 15:00 horas

4.1.1. os materiais deverão ser solicitados, via e-mail pela instituição contratante - somente pela coordenação administrativa do CCI, a contratada até as 11:00 horas do dia anterior a realização do procedimento cirúrgico.

4.1.2. os materiais do trauma deverão ser solicitados, via e-mail pela instituição contratante - coordenação administrativa Centro Cirúrgico, à contratada até as 11:00 horas do dia anterior a realização dos procedimentos cirúrgicos;

4.1.3. a empresa vencedora da licitação deverá oferecer capacitação a equipe de enfermagem e administrativa do CCI (Centro Cirúrgico) e UPME (Unidade de Processamento de Materiais Esterilizados), para orientação sobre a conservação e limpeza dos produtos oferecidos, conforme data, horário e local a ser definido pela instituição contratante;

4.1.4. os materiais deverão ser entregues na UPME totalmente limpos, conforme resolução do CFM - 1.804 de 20/12/06, para o início do processo de esterilização;

4.1.5. os materiais deverão ser entregues no HC-UFGM devidamente identificados em todas as caixas, com: nome do paciente, nome do cirurgião, horário do procedimento, data da cirurgia e especificação do material, em impresso da contratada;

4.1.6. a contratada deverá, juntamente com os materiais encaminhados, disponibilizar check list de cada caixa para conferência pela instituição contratante;

4.1.7. a contratada deverá providenciar a troca das caixas de materiais caso seja identificado, pela UPME, que estas foram entregues em desacordo as normas de conservação e limpeza, conforme resolução do CFM - 1.804 de 20/12/06.

4.1.7.1. no caso do material que for solicitado troca, conforme especificado no item 4.1.7, a contratada deverá providenciar a substituição dos materiais para a instituição contratante no prazo máximo até 01 (uma hora) da comunicação da contratante, no ato da entrega do material na UPME;

4.1.8. a contratada deverá entregar, na secretaria administrativa do Bloco Cirúrgico do Hospital das Clínicas, todos os materiais, exceto os que necessitam de processo de esterilização, os quais serão entregues na UPME, em conformidade com as condições

estabelecidas na resolução do CFM - 18/04 de 20/12/06, bem como com as condições estabelecidas nos itens de 4.1.1 até 4.1.7;

4.1.9. será obrigação da contratada, quando se fizer necessária a presença do(a) instrumentador(a), acompanhar a conferência do material no Centro Cirúrgico após a cirurgia;

4.1.10. após a conferência e reposição dos materiais utilizados nos procedimentos cirúrgicos, a contratada deverá fornecer relatório à secretaria administrativa do Centro Cirúrgico do Hospital das Clínicas contendo todos os materiais efetivamente utilizados no procedimento cirúrgico;

4.1.11. a contratada deverá encaminhar para o Centro Cirúrgico do Hospital das Clínicas, **até 72 horas após a solicitação**, nota fiscal relativa aos materiais utilizados, conforme especificado pela secretaria do Centro Cirúrgico/HC. **O não cumprimento deste prazo poderá implicar na aplicação de sanção administrativa à contratada.**

4.1.12. o relatório mencionado no item 4.1.10, deverá conter a especificação do nome do paciente, o nome do cirurgião, o material utilizado e informar o quantitativo utilizado;

4.1.13. ao final de cada mês, a contratante emitirá nota de empenho contendo o total quantitativo por material efetivamente utilizado, compatível com os relatórios entregues a secretaria do Centro Cirúrgico do Hospital das Clínicas, conforme disposto no item 4.1.10;

4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 1 (uma) hora da comunicação da contratante, no ato da entrega do material na Central de Material Esterilizado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. Os bens serão recebidos definitivamente após a conferência, por profissional do HC-UFMG, do relatório de uso preenchido pela contratada. Essa conferência poderá ser realizada em até 05 (cinco) dias após a realização do procedimento cirúrgico. **Somente após a verificação da qualidade e quantidade do material utilizado, dar-se-á a aceitação e início dos trâmites de pagamento.**

4.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo.

4.4. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. **A Secretaria do Centro Cirúrgico encaminhará à Contratada “O COMUNICADO DE USO” referente aos materiais efetivamente utilizados para emissão da Nota Fiscal.**

5.3.1. A Nota Fiscal deverá ser encaminhada ao HC-UFMG/Ebserh em até 72 (setenta e duas) horas após o recebimento do empenho da quantidade utilizada, sob pena de aplicação de sanção administrativa por envio fora do prazo sem a devida justificativa formal aceita pelo Hospital das Clínicas.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, atentando-se principalmente para a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1. as licitantes deverão apresentar catálogos em português de todos os modelos e tamanhos do produto ofertado, se solicitado pelo HC-UFMG/Ebserh.

6.1.2. As amostras deverão ser apresentadas em número mínimo de 05 (cinco) unidades para materiais descartáveis, para demais materiais, de acordo com a embalagem do item, devidamente identificadas quanto ao nome do licitante, número da licitação e do item, embalagem original, com rótulo contendo: marca, fabricante, lote, data de fabricação, registro ou notificação ou ser declarado dispensado de registro no Ministério da Saúde/Anvisa e outras informações de acordo com a legislação pertinente.

6.1.2.1. As amostras deverão ser encaminhadas à Unidade de Licitações, no seguinte endereço: Avenida Professor Alfredo Balena, 110, 1º Andar - Ala Leste, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte/MG, CEP: 30130-100, A/C Fernando Pimentel.

6.1.2.2. A licitante deverá fornecer amostras além dos quantitativos acima estabelecidos, desde que necessário para avaliação do material proposto, no prazo de até 03 (três) dias úteis a partir da solicitação do HC/UFMG-Ebserh.

6.1.2.3. Não serão exigidas amostras dos produtos cujas marcas estejam em uso na instituição nos últimos 3 (três) meses, desde que os mesmos não tenham sofrido alterações. Eventuais casos em que, fundamentado em ocorrências anteriores de problemas relatados no uso desses produtos, as licitantes provisoriamente classificadas em primeiro lugar deverão apresentar amostras dos itens cotados.

6.1.2.4 Justificativa para exigência de amostras: A exigência de apresentação de amostras deve-se à necessidade de verificação da qualidade, adequação às especificações técnicas previstas no Termo de Referência e compatibilidade técnica entre os materiais, quando necessário. A aquisição de materiais sem a devida comprovação dos requisitos retromencionados pode frustrar o processo licitatório, ou levar a Administração a adquirir produtos inservíveis para os fins a que se destinam, caracterizando falta de zelo com os recursos públicos.

6.1.3. Para todos os itens: **as licitantes deverão apresentar o Certificado de Registro do Produto no Ministério da Saúde**, de acordo com o Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, cuja comprovação ou comprovante de isenção, deverá ser feita através do sítio da Anvisa ou publicação no DOU (Diário Oficial da União).

6.1.3.1. Para facilitar a análise dos comprovantes de regularidade do registro do produto cotado junto ao Ministério da Saúde, a licitante deverá indicar em cada registro o respectivo item licitado.

6.1.3.2. Caso o registro de produto no Ministério da Saúde esteja vencido, será aceito protocolo de petição para revalidação, juntamente com o registro vencido, conforme previsto no parágrafo 2, do artigo 8 do Decreto nº 8.077/2013. A revalidação do registro deverá ser requerida com antecedência mínima de 6 meses da data do vencimento do registro.

6.1.3.3. o HC-UFMG/Ebserh se reserva o direito de consultar a regularidade do registro junto à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) do Ministério da Saúde, através de consulta via internet.

6.1.4. a contratada deverá fornecer em caráter de consignação, as quantidades dos materiais solicitados pela seção de almoxarifado, que ficarão à disposição do HC-UFMG/Ebserh.

6.1.5. a contratada deverá fornecer à Secretaria de Consignados do Almoxarifado Central, no primeiro fornecimento, os "códigos de referência" dos produtos, correlacionando-os aos códigos do HC.

6.1.6. os materiais ficarão consignados no período de vigência da ata de registro e preços. À medida que o material for utilizado será realizado o faturamento para pagamento do fornecedor.

6.1.7. para cada item cotado, a licitante deverá identificar na proposta, o código de referência do produto, marca e registro. Caso existam vários tamanhos para o mesmo item, a licitante deverá identificar na proposta, os códigos de referência dos produtos relacionados ao item.

6.1.8. para os itens que na especificação deste edital apresentarem mais de um tamanho, o preço unitário deverá ser o mesmo, sendo que a licitante obrigatoriamente deverá possuir todos os tamanhos descritos, a fim de atendimento, de acordo com a especificidade do serviço.

6.1.9. para os códigos SUS, identificados nos materiais descritos na tabela SUS, deverá ser considerada eventual atualização da referida tabela.

6.1.10. os materiais deverão ser entregues em embalagens originais contendo: a marca, o número de lote de fabricação, o registro no Ministério da Saúde/Anvisa, a data e o tipo do processo de esterilização, quando se tratar de material estéril, o prazo de validade para uso dos mesmos e outras informações de acordo com a legislação pertinente.

6.1.11. por serem os materiais fornecidos em regime de consignação, deverá a empresa contratada mantê-los disponíveis para a contratante a fim de fornecê-los a qualquer momento que sejam solicitados pelo Centro Cirúrgico do Hospital das Clínicas;

6.1.12. em toda cirurgia, seja ela primária ou de revisão, os implantes devem ser compatíveis conforme especificação do fabricante, originalmente projetados para funcionamento em conjunto, conforme RDC nº 59 de 25/08/2008.

6.1.13. todos os itens deverão ser avaliados em relação a experiência clínica, comprovada cientificamente por literatura pertinente, que atestem sua confiabilidade, sobretudo em relação a durabilidade e eficácia;

6.1.14. A licitante, durante a apresentação da proposta, **deverá cumprir as recomendações e normas emitidas pelos órgãos ambientais**, e, no que couber os previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 e da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNM, apresentando Declaração de Sustentabilidade Ambiental, na forma do Anexo V do Edital, além das Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre descartes de resíduos sólidos, matérias contaminantes, bem como a utilização de material atóxico, reciclado e biodegradável.

6.1.15. **Os códigos 025872 (item 1), 672687 (item 2), 672701 (item 3), 673238 (item 4), 673249 (item 5), 673250 (item 6), 673260 (item 7), 673271 (item 8), 673282 (item 9), 673293 (item 10), 673307 (item 11), 673318 (item 12), 673329 (item 13), 673330 (item 14), 679085 (item 15), 679096 (item 16), 694613 (item 18), 694624 (item 19), 694635 (item 20), 694646 (item 21), 696812 (item 25), 696823 (item 26), 696834 (item 27) e 696845 (item 28) deverão ser cotados em conjunto (grupo), sob pena de desclassificação das propostas que não contemplarem todos os itens. O critério de julgamento será o menor preço global.**

A compra por grupo dos materiais citados deve-se à interdependência técnica dos produtos, que são utilizados em procedimentos cirúrgicos. A compra em grupo visa, sobretudo, garantir a funcionalidade, a qualidade dos resultados e a segurança dos pacientes durante os procedimentos.

6.1.15.1. a contratada deverá fornecer:

6.1.15.2. os instrumentais próprios para sua implantação (material aplicativo);

6.1.15.3 o instrumental deve ser específico para cada modelo de implante;

6.1.15.4 devem, necessariamente, ser fornecidos os seguintes instrumentais e equipamentos:

a) 1. caixa completa de fixação rígida com placas e parafusos do sistema específico, brocas perfurantes com e sem "stop", brocas para "tapping" alicates para dobra e corte, pinças de inserção, para instalação dos implantes;

b) 2. chaves para parafusos com fenda no padrão cruciforme retas e anguladas em 90 graus e chaves "countersink";

c) 3. conjunto de trocarteres para acesso extra-bucal, profundímetro, pinça para manejo das placas;

d) 4. guias de broca para perfuração cêntrica e excêntrica;

- e) 5. tesoura para cortar placa malha de titânio
- f) 6. parafusos de dobra (sistema 2.4)
- g) 7. dispositivo direcionador de perfuração perpendicular;
- h) 8. parafusos de bloqueio maxilo-mandibular;
- i) 9. fórceps para redução óssea;
- j) 10. "templates".
- k) 11. serra elétrica e serra a nitrogênio com pontas, oscilatórias, reciprocantes sagitais e perfurantes (reta e angulada em 90 graus) compatíveis, juntamente com as laminas respectivas, e brocas para osteotomia (esférica e tronco-cônicas), além de brocas para desgaste ósseo (osteoplastia).
- m) 12. 02 (dois) motores compatíveis com as serras.

6.1.15.5 todos implantes e instrumentais constantes na caixa devem ser da mesma marca por motivos técnicos. Dada a diversidade de desenhos e de especificações técnicas dos implantes e instrumentais utilizados em cirurgias, uma eventual mistura de materiais de diversos tipos e marcas pode inviabilizar a correta implantação e prejudicar o bom andamento da cirurgia e a recuperação do paciente.

6.1.15.6. os implantes e materiais deverão estar perfeitamente acondicionados em caixas metálicas apropriadas e específicas, que facilitem sua armazenagem, esterilização e conferência.

6.1.16. todos os implantes e instrumentais constantes nas caixas devem ser da mesma marca por motivos técnicos. Dada a diversidade de desenhos e de especificações técnicas dos implantes e instrumentais utilizados em cirurgias, uma eventual mistura de materiais de diversos tipos e marcas pode inviabilizar a correta implantação e prejudicar o bom andamento da cirurgia e a recuperação do paciente.

6.2 Os códigos 689715 (item 17), 696368 (item 22), 696379 (item 23) e 696380 (item 24) deverão ser cotados em conjunto (grupo), sob pena de desclassificação das propostas que não contemplarem todos os itens. O critério de julgamento será o menor preço global.

A compra por grupo dos materiais citados deve-se à interdependência técnica dos produtos, que são utilizados em procedimentos cirúrgicos. A compra em grupo visa, sobretudo, garantir a funcionalidade, a qualidade dos resultados e a segurança dos pacientes durante os procedimentos.

6.2.1 para o item 17 (tubo de irrigação para piezzo eletro), **a licitante vencedora deverá disponibilizar, em regime de comodato**, uma bomba de irrigação que, acionada pelo controle do equipamento, controla o fluxo de 10 em 10 ml de soro, com limite de 100 ml de soro por minuto.

6.2.2 para os itens 22, 23 e 24 (serras para piezzo eletro), **a licitante vencedora deverá conduzir ao HC-UFMG, a cada procedimento, o console para piezzo eletro.**

6.3 a empresa fornecedora deve também fornecer cursos e treinamentos, práticos e teóricos, para cirurgiões-dentistas, médicos, residentes, enfermeiros e instrumentadores, visando o correto uso do material e a educação continuada sobre as técnicas de osteossíntese.

6.4 a licitante vencedora deverá disponibilizar um profissional instrumentador para a instrumentação dos procedimentos cirúrgicos, mesmos nas cirurgias em que não houver previsão de utilização do material de fixação.

6.5 a licitante vencedora responsabilizar-se-á pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.6 a licitante vencedora deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.7 a licitante vencedora deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antecedentes à data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.8 a licitante vencedora deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.9 a licitante vencedora deverá indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.10 Condições gerais da assistência técnica do equipamento em comodato

- Atendimento técnico: presença, no local de utilização dos itens em comodato, de técnico da contratada ou de seus prepostos;
- Chamado técnico: solicitação feita pela contratante ou por seu preposto, através de telefone ou de outra forma acordada com a contratada, para a realização de um atendimento técnico.
- Consulta técnica: qualquer contato feito através de telefone, fax ou rede de computadores, para consulta, esclarecimento ou orientação.
- Prestadora de serviços; própria contratada ou uma empresa legalmente constituída, por ele contratada, especializada na prestação de serviços de assistência técnica e/ou montagem/integração de equipamentos.
- Manutenção corretiva: conjunto de ações realizadas para recolocar os equipamentos em seu perfeito estado de uso, compreendendo substituições de peças, ajustes e reparos.
- Manutenção preventiva: conjunto de ações realizadas periodicamente que visam à redução ou eliminação de manutenções corretivas.
- Calibração: conjunto de operações que estabelecem, sob condições especificadas, a relação entre valores indicados por um instrumento de medição e os valores correspondentes aos padrões utilizados.

6.11 São consideradas condições específicas:

- O prazo de reparo: período, em dias úteis, transcorrido entre o chamado técnico e o efetivo restabelecimento do funcionamento ou substituição do equipamento, isto é, o prazo no qual a contratada compromete-se a restabelecer o funcionamento dos equipamentos/conjuntos, que forneceu nas condições do edital de pregão.
- O recebimento do chamado técnico por preposto da contratada implica no início da contagem do prazo de reparo.
- O prazo de reparo não poderá exceder a 03 (três) dias úteis.
- Os chamados técnicos devem ser precedidos de tentativa de diagnóstico por intermédio de consulta aos técnicos especialistas dos fornecedores.
- Para todo atendimento técnico deverá ser feito um relatório detalhado cuja cópia ficará à disposição da contratante, pelo prazo de vigência do contrato, do qual conste no mínimo: local no qual a assistência técnica foi acionada; nomes dos responsáveis pelo chamado, pelo atendimento e pela comprovação do restabelecimento de funcionamento, com as assinaturas de todos; descrição do(s) equipamento(s) envolvido(s), inclusive com modelo, número de série e outros códigos identificadores; descrição da(s) anormalidade(s) observada(s); providências tomadas e reparos efetuados; o status final do atendimento da assistência técnica que foi prestada.
- Os atendimentos técnicos deverão ocorrer preferencialmente durante horário comercial. Poderão ser executados em outros dias e horários, dependendo de prévio acordo entre a contratante e contratada;
- A contratada deverá possuir um plano de manutenção preventiva e de calibração (se aplicável) de todos os equipamentos em comodato, sendo que a periodicidade máxima admitida para realização destes serviços será anual.

- Os relatórios de manutenção preventiva devem ser orientados por um check list que contemple todos os itens indicados no manual de operação e de serviço do equipamento. Estes relatórios devem ser entregues num prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a realização dos serviços.
- Quando aplicável, os certificados de calibração devem ser emitidos de acordo com a norma NBR ISO 17.025 e devem ser entregues impressos e assinados num prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos após a realização dos serviços.
- É facultado a contratada elaborar planos de manutenção e suporte que incluam treinamento especializado para os locais de instalação e utilização dos equipamentos em comodato, visando maximizar a eficiência das consultas técnicas, minimizar necessidade de chamados técnicos etc., desde que tais treinamentos não impliquem ônus para a contratante.
- Mensalmente deverá ser fornecido, ao contratante, um arquivo eletrônico com todos os chamados técnicos realizados no período, juntamente com um relatório analítico (com as informações citadas acima) e sintético (estatística por tipo de atendimento e relação de pendências), em formato a ser acordado entre as partes.

6.12 Demais considerações sobre os equipamentos em comodato:

- Todas os equipamentos disponibilizados em comodato deverão possuir, no máximo, 02 (dois) anos de fabricação, compatíveis com os produtos adquiridos, estar em linha de fabricação e em perfeitas condições de uso.
- Ficará a licitante obrigada a prestar treinamentos operacionais e técnicos aos profissionais do HC-UFMG nos turnos diurno e noturno, sem ônus adicional, assim como fornecer certificado de conclusão atestando a participação e o conteúdo do treinamento.
- O treinamento deverá contemplar todas as equipes assistenciais que utilizarão os equipamentos, prevendo todas as suas funcionalidades.
- **O treinamento técnico deve conter:** parte teórica com detalhamento técnico do equipamento em cessão, incluindo rotinas de teste e calibração do mesmo; parte prática efetuada no próprio equipamento, buscando sedimentar sua correta utilização, a fim de identificar os defeitos mais comuns e suas prováveis soluções. O treinamento deve ser realizado dentro das dependências do HC-UFMG, em data a ser definida juntamente com a equipe técnica, não sendo superior a 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do contrato.
- Fornecer à contratante, manuais técnicos e operacionais em português, do aparelho fornecido em comodato.
- Fornecedor todos os consumíveis necessários para o correto funcionamento do equipamento, como óleos, borrachas, vedações, etc.
- A empresa deverá garantir a permanência e manutenção dos equipamentos em comodato no HC-UFMG nas mesmas condições até o final da utilização de todos os produtos adquirido através desta ata de registro de preços, mesmo que para isto seja ultrapassado o prazo final de vigência da ata de registro de preços.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 102 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 98 do Regulamento de Compras da Ebserh.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. GARANTIA CONTRATUAL

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução para essa contratação.

11 DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.5. Antes do pagamento, o Contratante realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.

11.5.1. Serão efetuadas as seguintes consultas:

11.5.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

11.5.1.2. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;

11.5.1.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.5.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;

11.5.1.5. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

11.5.1.6. Certidão Negativa de Inidôneos – TCU.

11.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.10. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

11.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.12. A Ebserh não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(x/100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso.

12 REVISÃO E CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. A revisão e o cancelamento dos preços registrados seguirão a disciplina dos artigos 17 a 21 do Decreto nº 7.892, de 23/01/2013.

13 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o HC-UFMG/EBSERH poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

13.1.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

- 13.1.2 Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 13.1.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o HC-UFMG/Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
 - 13.1.4 Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
 - 13.1.5 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 13.1.6 Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
 - 13.1.7 Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - 13.1.8 Não mantiver a proposta;
 - 13.1.9 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 13.1.10 Comporta-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013.
- 13.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 13.3 A licitante que obtiver objetos adjudicados, nos casos de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste instrumento convocatório, erros ou atrasos injustificados na entrega dos materiais, e ainda, quaisquer outras irregularidades, ficará sujeita, garantida prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 13.3.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 13.3.2 multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
 - 13.3.3 multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 13.3.4 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 13.3.5 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - 13.3.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh/HC-UFMG, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente.
- 13.3.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de (30) trinta dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
 - 13.3.6.2 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Ebserh/HC-UFMG poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 13.4 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 13.303/16, no Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/99.
- 13.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 13.7 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui a possibilidade de aplicações de outras, previstas em Lei, inclusive a responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causado à Administração.
- 13.8 Aos licitantes, será aplicada quando necessário, a Norma Operacional EBSERH nº 03, de 03 de junho de 2016, disponível no sítio http://www.ebserh.gov.br/documents/22765/106576/norma+operacional+03_boletim_servico_169_06_06_16.pdf/a1f7b9b9-4b7c-

425a-805a-3811899908d5. Sendo assim, devem tomar conhecimento dessa norma, uma vez que versa sobre o estabelecimento de normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH, voltado à aplicação de sanções administrativas a licitantes, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas e instrumentos convocatórios.

14 ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

14.1 O critério de aceitabilidade de preços é sigiloso, nos termos do artigo 34 da Lei nº 13.303/2016 e do artigo 13 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserrh.

15 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 Os representantes abaixo serão designados para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados:

Monaliza Antunes Ferraz, SIAPE 2347592, Assistente Administrativo - FISCAL DO CONTRATO;

Leandro Américo da Cruz, SIAPE 2263462, Administrador - FISCAL SUBSTITUTO DO CONTRATO;

15.2 O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

15.3 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

15.4 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2020

Elaborado por:

(assinado eletronicamente)

Leandro Américo da Cruz

Administrador - Chefe do Setor de Suprimentos

SIAPE - 2263462

(assinado eletronicamente)

Gilson Luiz de Souza

Assistente em Administração

SIAPE - 3135255

(assinado eletronicamente)

Wagner Henriques de Castro

Coordenador do Serviço Especial de Diagnóstico

e Tratamento em Odontologia HC-UFMG

CRO-MG - 20516

Aprovado por:

(assinado eletronicamente)

Prof.ª Andréa Maria Silveira

Superintendente do Hospital das Clínicas da UFMG/Ebserh

Portaria-SEI nº 443, de 3 de setembro de 2018



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Luiz de Souza, Assistente em Administração**, em 02/12/2020, às 16:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Maria da Silva Neme, Superintendente, Substituto(a)**, em 03/12/2020, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leilane Santos Da Fonseca, Enfermeiro(a)**, em 03/12/2020, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10542184** e o código CRC **C23C6468**.

Referência: Processo nº 23537.019824/2020-52 SEI nº 10542184